



Florestas. Operadores florestais criticam as medidas em curso para o reordenamento do território, mas avançam soluções. Um exemplo é colocar os grandes produtores a apoiar a biodiversidade

Risco de abandono do Interior agravado com planos do governo

PERFIS



ANTÓNIO GONÇALVES FERREIRA
 > Presidente da UNAC.
 > Engenheiro agrícola e produtor florestal, preside à União da Floresta Mediterrânica, que agrupa organizações florestais responsáveis por mais de 30% da área integrada em Zonas de Intervenção Florestal. Vice-presidente da CAP, coordenou a equipa na base dos PROF da NUT 2 Alentejo e participa na coordenação do Centro de Competências do Sobreiro e da Cortiça.



HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS
 > Arquiteto paisagista.
 > Foi dirigente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e coordenou planos de ordenamento e gestão de áreas protegidas. É consultor para a biodiversidade, tendo publicado os livros *Do tempo e da Paisagem*, *O Gosto de Sicó e Portugal* e *Paisagem Rural*.

CARLA AGUIAR

"O abandono a que o Interior está votado corre o risco de se agravar com as novas orientações do governo para a revisão dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal." Esta crítica do diretor de produção da Altri Florestal, Henke Feith, serviu de tónica geral ao primeiro debate "Agricultura mais Forte", focado na floresta e reordenamento do território, realizado na quinta-feira na sede do Santander Totta, em Lisboa.

"Não podemos falar de reordenamento do território sem atentar à sua economia e ao facto de 95% dos proprietários dos terrenos serem privados", considerou aquele responsável, para criticar o insuficiente envolvimento dos produtores florestais nas novas orientações para o setor, no rescaldo dos fogos trágicos de 2017. Em causa estão as restrições às novas plantações de eucaliptos e à estratégia para a gestão de combustível, relacionada com a limpeza de matos.

Ainda mais contundente, Henrique Pereira dos Santos observa que "o *core business* dos governos é o voto e não as florestas", para acrescentar que a prova disso é "a asneira que se fez contra o eucalipto, que é a única fileira que gere a floresta".

Aquele arquiteto paisagista e consultor na área da biodiversidade sustenta que, "uma vez que o mundo rural não tem expressão política e a floresta é uma área pouco competitiva" – com custos de produção elevada –, é preciso interiorizar que "não estamos a pagar ao mundo rural os serviços invisíveis que ele nos presta, como a gestão do combustível ou a qualidade dos leitões de água". Por isso defende

que os fundos comunitários deveriam ser aplicados para resolver esta falha de mercado.

"A experiência revela que a seguir a fogos violentos há sempre uma produção legislativa enorme e, em cada ciclo, um culpado: nos anos 70 eram os madeireiros, depois a especulação imobiliária e agora são os eucaliptos", ironizou.

Também Henke Feith considera ser essa uma falsa questão: "Temos dois milhões de hectares ocupados por matos, não é por falta de espaço que não se plantam mais carvalhos, pinheiros ou sobreiros – não se plantam porque não é rentável".

Mas, observa, "a rentabilidade não tem de ser exclusivamente financeira, pode ter um retorno ambiental, cabendo à sociedade decidir quem a vai financiar". Nesse sentido, o responsável da Altri Florestal avança uma solução: "Deveriam ser criados créditos da biodiversidade, na lógica de obrigar quem tem floresta de produção a contribuir para a biodiversidade, em território próprio ou alheio". Uma regra que, diz, é seguida pela Altri – com 10% da sua área de plantação a respeitar a biodiversidade –, porque "os mais fortes devem apoiar os mais fracos e há espécies mais rentáveis do que outras, mas tem de haver espaço para todas".

Fundamental é "revitalizar o mundo rural, trazer dinâmicas económicas e sociais e arranjar respostas coletivas para riscos que são coletivos, como se viu com a tragédia dos recentes incêndios", referiu António Gonçalves Ferreira.

O presidente da União da Floresta Mediterrânica (UNAC) lançou críticas às entidades de gestão florestal, as denominadas Zonas de Intervenção Florestal, dizendo que "são contraproducentes" e não salvaguardam a viabilidade económica da floresta, que reside fundamentalmente na pulverização territorial.

Polémicas à parte, "se há uma coisa que resultou do fatídico balanço dos fogos de 2017 é que o país exige uma mudança", resume Helena Freitas, professora catedrática da Universidade de Coimbra. "O país está profundamente dividido numa assimetria brutal, inaceitável: temos dois terços do território onde vive um terço da população e dois terços da população a viver num terço do território", refere a ex-coordenadora da Unidade de Missão para o Interior, que não hesita em afirmar que "o Estado abandonou estes territórios". Não é por acaso que em França existe um ministro da coesão territorial e um ministro para a transição ecológica, apontou.

Contribuir para a sustentabilidade da agricultura portuguesa é o objetivo do Santander Totta, com o relançamento de uma série de seis debates temáticos, iniciada pelo Banco Popular no ano passado, com muito sucesso, afirmou o seu administrador Pedro Castro e Almeida. Também Luís Seabra, assessor para o agroalimentar do banco, revelou que, "apesar da floresta ser um setor difícil, o Santander Totta está cá para apoiar o financiamento".

2 000 000

> Hectares de matos
 Existem dois milhões de hectares de matos em Portugal. Cerca de 95% da propriedade florestal está nas mãos de privados.



REAÇÕES

"O core business dos governos é o voto, não a floresta. Prova é a asneira feita contra o eucalipto, que é a única fileira que gere a floresta"

HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS
 ARQUITETO PAISAGISTA

"O país tem uma assimetria brutal e inaceitável: dois terços da população vivem num terço do território e vice-versa"

HELENA FREITAS
 PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



“O Reordenamento do Território e a Floresta” foi o tema do primeiro debate da série Agricultura mais Forte, que o Santander Totta retoma em torno do setor agrícola. Moderada pelo jornalista António Perez Metelo, a Conversa Solta decorreu na quinta-feira na sede do Santander Totta, em Lisboa

Projetos esgotam verbas disponíveis

INVESTIMENTO “Há enorme vontade de investir.” Candidaturas para florestação superaram em quatro vezes o valor disponível

A floresta portuguesa é atrativa para os investidores, apesar de todos os constrangimentos e receios apontados pelos operadores, face às alterações legislativas em curso. “Há uma enorme vontade de investir neste setor”, referiu António Gonçalves Ferreira, presidente da União da Floresta Mediterrânica (UNAC).

Prova disso mesmo é que o valor das candidaturas aos fundos comunitários destinados ao investimento florestal foi quatro vezes maior do que a verba disponível, adiando aquele produtor florestal.

A leitura que o setor retira do nível de adesão demonstrado é que

“o Estado tem o papel de alocar mais recursos a estes programas financiados por fundos comunitários e estatais, para que as verbas disponíveis possam ser multiplicadas e criar novas dinâmicas económicas nos territórios carenciados do Interior”.

Face a este interesse de investidores nacionais e estrangeiros, “os serviços florestais deveriam voltar à sua missão original e receber os proprietários de braços abertos, apoiando-os a fazer um bom projeto” em vez de funcionarem, muitas vezes, como uma “barreira burocrática que desincentiva o empreendedorismo”, criticou o holandês Henk Feith, diretor de produção da Altri Florestal.

Responsável de uma empresa que gere 80 mil hectares de floresta, do Minho ao Algarve, Henk Feith acrescenta que “os produtores florestais já têm uma vida difícil, estão

lá no terreno, e por isso não precisam de ser considerados os grandes malfeitores do mundo rural”, referindo-se às restrições aprovadas pelo governo para a plantação de novos eucaliptais, no rescaldo dos fogos trágicos do verão de 2017.

Uma posição que mereceu a concordância da generalidade dos oradores que participaram na quinta-feira no primeiro debate da série de seis dedicados à agricultura, Agricultura mais Forte, na sede do Santander Totta, em Lisboa. A iniciativa, em parceria com o Global Media Group, retoma um calendário iniciado em 2017 pelo Banco Popular, agora integrado no Santander Totta, e que divulgou a crescente dinâmica do setor agroalimentar, do tomate ao olival, passando pelo arroz, frutos secos, vinhos e a influência transformadora de Alqueva.

ECONOMIA IBÉRICA Oíça, veja e leia

» Agricultura mais Forte terá mais cinco iniciativas: em abril, durante a Ovideja, em junho, em setembro, durante a Agroglobal, e em outubro.
» No JN e no DN, destacável a 5 e 12 de abril, 17 e 24 de maio, 14 e 21 de junho, 11 e 18 de outubro. E dois dias antes na TSF.
» Na Internet veja também vídeo, textos e fotografias em www.conversassoltasempresas.pt

PERFIS



HENK FEITH

» Diretor de produção da Altri Florestal.
» Holandês a residir em Portugal desde 1993, o engenheiro florestal foi investigador do Instituto Superior de Agronomia nas áreas do pinheiro bravo e eucalipto. Desde 2010 é diretor da Altri Florestal, responsável pela gestão de 80 mil hectares de floresta do Minho ao Algarve. É também administrador da AFOCELCA, para a proteção contra os incêndios florestais.



HELENA FREITAS

» Prof. Universidade de Coimbra.
» Professora catedrática do departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra, Helena Freitas teve responsabilidades na reflexão estratégica do reordenamento do território, como coordenadora da unidade de missão para o Interior. É crítica das opções que têm sido seguidas.